FEVEREIRO/2026

RELATÓRIO MENSAL DE **ATIVIDADES**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

GRUPO RANCHO CAMPO BELO

CARLOS EDUARDO FORNARI
DIRLEY ALVES DA ROCHA FORNARI

ATIVA
ADMINISTRADORA JUDICIAL

ATIVA
ADMINISTRADORA JUDICIAL

AO JUÍZO DA VARA REGIONAL DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DE CONCÓRDIA – ESTADO DE SANTA CATARINA

Incidente n.: 5012874-89.2024.8.24.0019
Processo Principal n.: 5011370-48.2024.8.24.0019

ATIVA ADMINISTRADORA JUDICIAL, neste ato representada por sua sócia, **Dra. Mara Denise Poffo Wilhelm**, vem respeitosamente a presença deste r. Juízo, com arrimo no art. 22, inciso II, alínea "c", da Lei n. 11.101/05, apresentar **RELATÓRIO MENSAL DAS ATIVIDADES DO DEVEDOR – FEVEREIRO/2026**, referente a **CARLOS EDUARDO FORNARI** e **DIRLEY ALVES DA ROCHA FORNARI**, integrantes do **GRUPO RANCHO CAMPO BELO**, nos termos da Recomendação n. 72 do Conselho Nacional de Justiça.

Blumenau/SC, 1º de abril de 2026.

ATIVA ADMINISTRADORA JUDICIAL
Mara Denise Poffo Wilhelm
Administradora Judicial
OAB/SC 12.790-B

ATIVA
ADMINISTRADORA JUDICIAL

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO 4
2 HISTÓRICO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 4
3 CONTEXTO OPERACIONAL 6
4 ESTRUTURA SOCIETÁRIA 7
5 QUADRO DE COLABORADORES 7
6 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS 8
6.1 ATIVO 8
6.1.1 GRUPO FORNARI 8
6.2 BALANÇO PATRIMONIAL 9
6.2.1 GRUPO FORNARI 9
6.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO 10
6.3.1 GRUPO FORNARI 10
6.4 INDICADORES FINANCEIROS 12
6.4.1 GRUPO FORNARI 12
6.5 DÍVIDAS CONCURSAIS E EXTRACONCURSAIS 14
6.5.1 CREDORES CONCURSAIS 14
6.5.2 CREDORES EXTRACONCURSAIS 14
7 PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO CORRENTE 15
8 LAUDO DE VISITA TÉCNICA 15
9 QUESTIONÁRIO 15

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório Mensal de Atividades ("RMA") possui fundamento no artigo 22, inciso II, alínea "c", da Lei n.º 11.101/2005 e reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da recuperação judicial de CARLOS EDUARDO FORNARI e DIRLEY ALVES DA ROCHA FORNARI, ajuizada em 23/10/2024 e com processamento deferido em 05/11/2024.

O presente o RMA objetiva garantir ao juízo, ao Ministério Público, aos credores e a quaisquer interessados um fluxo contínuo de informações a respeito das atividades da Recuperanda, assim como do cumprimento do plano de recuperação judicial, caso seja aprovado e homologado.

A análise técnica contábil apresentada neste RMA é limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, de sua responsabilidade e de forma não exaustiva, sobre a situação da empresa.

Em relação aos aspectos processuais, serão apresentadas as movimentações sobre os principais pontos desenvolvidos, com base na premissa básica descrita no artigo 47 da Lei n.º 11.101/2005.

Os dados foram coletados e analisados pela Ativa Administradora Judicial, extraídos dos autos do processo de Recuperação Judicial e a partir do fornecimento de documentos solicitados, principalmente no que tange às informações contábeis e financeiras.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração deste relatório, podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do telefone (47) 3335-0070 ou e-mail: ativa@ativaadministradora.adm.br.

2 HISTÓRICO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Grupo Rancho Campo Belo ajuizou pedido de Recuperação Judicial no dia 23 de outubro de 2024, sendo deferido seu processamento em 05 de maio de 2024, após a realização da Constatação Prévia, nos termos do artigo 51-A da Lei 11.101/05.

Na decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, o r. Juízo autorizou a consolidação substancial de ativos e passivos das Recuperandas.

Em cumprimento à alínea "a", inciso I, do artigo 22 da Lei 11.101/05, a Administração Judicial encaminhou correspondência a todos os credores das Recuperandas, informando valor, classificação e origem dos créditos listados na relação de credores das empresas.

O Edital previsto no artigo 52, §1º c/c artigo 7, §1º da Lei 11.101/05 foi devidamente publicado em 13 de novembro de 2024, iniciando-se o prazo para que os credores apresentem diretamente ao Administrador Judicial as habilitações e/ou divergências de crédito, tendo como prazo final, o dia 28 de novembro de 2024.

A Administração Judicial publicou a relação de credores, nos termos do artigo 7º, §2º da Lei 11.101/05, em 13/03/2025, conforme consta no evento 148, abrindo-se o prazo para apresentação das impugnações de crédito, nos termos do artigo 8º da Lei 11.101/05.

A Recuperanda apresentou o Plano de Recuperação Judicial em 04/01/2025, o qual foi devidamente publicado em 19/07/2025, tendo finalizado o prazo para apresentação das objeções ao Plano de Recuperação Judicial em 21/08/2025.

Em razão da apresentação de objeções, houve a convocação da Assembleia Geral de Credores em 1ª Convocação para o dia 16/10/2025 e em 2ª convocação para o dia 28/10/2025.

Considerando a existência de quórum, houve a instalação da Assembleia Geral de Credores em 1ª Convocação. Após solicitação dos Recuperandos, houve a votação pra suspensão da assembleia pelo prazo de 30 dias, para sua retomada em 18/11/2025, sendo que os credores votaram por maioria pela suspensão, com o percentual de 100% dos créditos presentes.

Na Assembleia Geral de Credores em continuidade, realizada em 18/11/2025, houve novo pedido para suspensão da assembleia por mais 30 dias, com sua retomada em 17/12/2025, sendo que os credores votaram por maioria pela suspensão, com o percentual de 100% dos créditos presentes.

Outrossim, na 1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores em continuidade, realizada em 17/12/2025, foi levado à votação o Plano de Recuperação Judicial, o qual restou aprovado pela maioria dos credores.

Em 19 de dezembro de 2025, este r. Juízo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial aprovado e concedeu a Recuperação Judicial à DIRLEY ALVES DA ROCHA FORNARI e CARLOS EDUARDO FORNARI, sendo

devidamente publicado o edital de intimação concessão de recuperação judicial, no dia 22/01/2026.

Segue abaixo a demonstração das datas em que ocorreram os principais eventos processuais no processo de Recuperação Judicial do Grupo Rancho Campo Belo:

Data Prevista	Data da Ocorrência	Movimento	Ev.	Lei 11.101/05
	23/10/2024	Distribuição do pedido de RJ	1	-
	04/11/2024	Laudo de Constatação Prévia	22	Art. 51-A
	05/11/2024	Deferimento do Processamento RJ	25	Art. 52
	11/11/2024	Termo de Compromisso da Administradora Judicial	58	Art. 33
	13/11/2024	Publicação do Deferimento do Processamento da RJ e advertência dos prazos para habilitação	59	Art. 52, § 1º
28/11/2024	28/11/2024	Prazo Fatal para apresentação das Habilitações/Divergências administrativas		Art. 7º, § 1º
20/01/2025	04/01/2025	Prazo fatal para apresentação do Plano de Recuperação Judicial	108	Art. 53
22/01/2025	22/01/2025	Prazo fatal para apresentação da Relação de Credores do AJ	120	Art. 7º, § 2º
	13/03/2025	Publicação do Edital: Lista de Credores do AJ	148	Art. 7º, §2º
	19/07/2025	Publicação do Edital: Recebimento do Plano	267	Art. 53
	24/03/2025	Prazo fatal para apresentação das Impugnações Judiciais		Art. 8º
	21/08/2025	Prazo fatal para apresentação de objeções ao Plano de Recuperação Judicial	291	Art. 55
04/04/2025		Prazo para realização da AGC		Art. 56, § 1º
	30/09/2025	Publicação do Edital: Convocação AGC	318	Art. 36
16/10/2025	16/10/2025	Assembleia Geral de Credores - 1ª Convocação: aprovada a suspensão da AGC por 30 dias	343	Art. 37
18/11/2025	18/11/2025	Assembleia Geral de Credores - 1ª Convocação em continuidade - aprovada a suspensão da AGC por 30 dias	359	Art. 37
17/12/2025	17/12/2025	Assembleia Geral de Credores - 1ª Convocação em continuidade – Plano de Recuperação Judicial aprovado	369	Art. 37
04/06/2025		Encerramento do Período de Suspensão		Art. 6º, § 4º
	19/12/2025	Decisão homologando o PRJ e concedendo a RJ	372	Art. 58

3 CONTEXTO OPERACIONAL

Em breve síntese, conforme consta no pedido de Recuperação Judicial, as atividades do Grupo Rancho Campo Belo tiveram início com a requerente Sra. Dirley Alves da Rocha Fornari, em 1991, ao casar com Rudinei Antônio Fornari - *in memoriam*, e indo residir no Distrito de Planalto, local em que reside até hoje.

No ano de 2019, após um diagnóstico de câncer, com elevado custo de tratamento, o Sr. Rudinei veio a óbito. Desde então o grupo familiar passou a ser composto pelos requerentes Dirley Alves da Rocha Fornari (mãe) e Carlos Eduardo Fornari (filho).

Desenvolvem atividade agropecuária, destacando a exploração agrícola especialmente o cultivo de soja, milho, feno, sorgo, trigo e aveia. Criação de suínos e bovinos para corte e leite, além disso, comércio dos produtos, bem como o beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, insumos agrícolas e armazenagem, conforme informações extraídas dos documentos apresentados pelos Requerentes na inicial (ev. 01 – DOC11).

4 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Com relação a estrutura societária, trata-se de produtores rurais, que desenvolvem atividade agropecuária, destacando a exploração agrícola, especialmente o cultivo de soja, milho, trigo, feno e por vezes sorgo e aveia; gado de corte de confinamento e terminação de suínos.

1) CARLOS EDUARDO FORNARI: brasileiro, em união estável, empresário rural, inscrito no CPF n. 089.542.849-06, na Cédula de Identidade n. 5.530.879 SSP-SC e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC n. 42105052544, com endereço na Estrada Geral Planalto sentido a Santa Cecília, Distrito de Planalto, Zona Rural, Cidade Concórdia/SC, CEP 89.715-899, inscrição estadual n. 014597543.

2) DIRLEY ALVES DA ROCHA FORNARI: brasileira, solteira, empresária rural, inscrita no CPF n. 867.427.369-68, na Cédula de Identidade n. 2469582 SSP-SC e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina –JUCESC n. 42105052536, com endereço na Estrada Geral Planalto sentido a Santa Cecília, Distrito de Planalto, Zona Rural, Cidade Concórdia/SC, CEP 89.715-899, inscrição estadual n. 012966940.

NOME	PARTICIPAÇÃO	CAPITAL SOCIAL
CARLOS EDUARDO FORNARI	50%	R$ 50.000,00
DIRLEY ALVES DA ROCHA FORNARI	50%	R$ 50.000,00

5 QUADRO DE COLABORADORES

Os Requerentes apresentaram declaração de que não possuem empregados com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou com vínculos empregatícios, e que no período de safra, compartilham mão de obra e/ou contrato na modalidade de diarista, do funcionário Gustavo Luís Zanella.

6 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 ATIVO

6.1.1 GRUPO FORNARI

No mês de FEVEREIRO/2026, o total do ativo apresentou saldo de R$ 7,402 milhões, o que representa uma redução de 0,05% quando comparado ao período anterior. A Recuperanda não está depreciando o ativo imobilizado da empresa consequentemente melhorando o resultado da empresa.

O estoque de animais finalizou seu período com a quantidade de 110 animais. Quanto ao estoque de Feno, finalizou em 1.600 unidades.

ATIVO		
	jan/2026	fev/2026
CIRCULANTE		
Disponibilidades	12.113,46	2.689,42
Contas a Receber de Clientes	58.607,24	145.154,33
Estoques	442.400,00	361.800,00
Adiantamentos	60,30	60,30
Outras Contas a Receber	-	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	513.181,00	509.704,05
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Investimentos por Incentivos Fiscais (LP)	200,00	200,00
TOTAL REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	200,00	200,00
PERMANENTE		
Imobilizado	6.892.800,00	6.892.800,00
TOTAL DO PERMANENTE	6.892.800,00	6.892.800,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.893.000,00	6.893.000,00
TOTAL DO ATIVO	**7.406.181,00**	**7.402.704,05**

6.2 BALANÇO PATRIMONIAL

Quanto ao Balanço Patrimonial, segue demonstrativo com a comparação em relação ao período anterior:

6.2.1 GRUPO FORNARI

ATIVO

CIRCULANTE	jan/2026	fev/2026	Δ %
Disponibilidades	12.113,46	2.689,42	***(77,80)***
Contas a Receber de Clientes	58.607,24	145.154,33	***147,67***
Estoques	442.400,00	361.800,00	***(18,22)***
Adiantamentos	60,30	60,30	-
Outras Contas a Receber	-	-	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	513.181,00	509.704,05	***(0,68)***
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Investimentos por Incentivos Fiscais (LP)	200,00	200,00	-
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	200,00	200,00	-
PERMANENTE			
Imobilizado	6.892.800,00	6.892.800,00	-
TOTAL DO PERMANENTE	6.892.800,00	6.892.800,00	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.893.000,00	6.893.000,00	-
TOTAL DO ATIVO	**7.406.181,00**	**7.402.704,05**	***(0,05)***

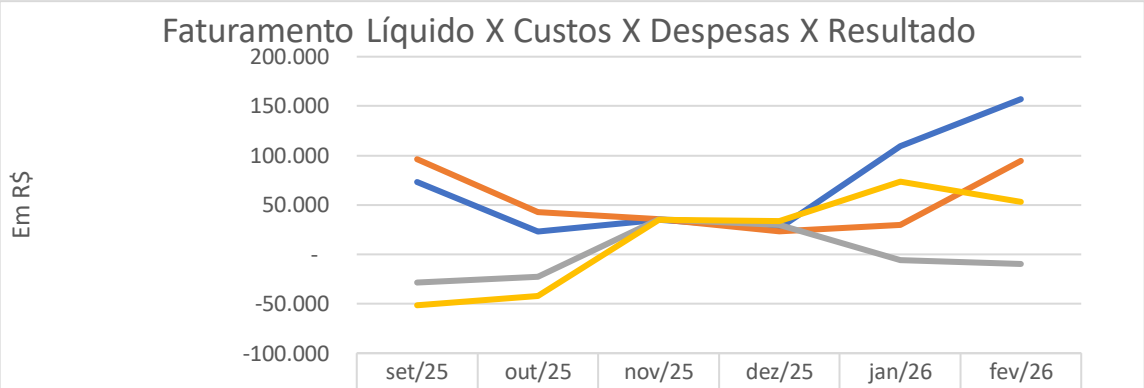
PASSIVO

CIRCULANTE	jan/2026	fev/2026	Δ %
Divida da Atividade Rural	-	-	-
Instituições Financeiras	48.878,84	19.731,49	***(59,63)***
Pré-Recebimento de Exportação	621,32	306,18	***(50,72)***
Outras Contas a Pagar	18.346,83	18.346,83	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	67.846,99	38.384,50	***(43,42)***
NÃO CIRCULANTE			
Credores Quirografários RJ (LP)	330.847,10	303.647,10	***(8,22)***
Credores Garantia Real RJ (LP)	862.584,85	862.584,85	-
Outros Credores RJ (LP)	1.909.465,91	1.909.465,91	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.102.897,86	3.075.697,86	***(0,88)***
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superviniência Ativa (Passiva)	2.972.619,35	2.972.619,35	-
Lucros Acumulados/Prejuizo	1.262.816,80	1.316.002,34	***4,21***
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.235.436,15	4.288.621,69	***1,26***
TOTAL DO PASSIVO	**7.406.181,00**	**7.402.704,05**	***(0,05)***

6.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para avaliação dos resultados auferidos pelo "Grupo Rancho Campo Belo", segue gráficos e demonstrações com a comparação dos resultados auferidos, comparando-se o Faturamento Líquido, dos Custos e despesas, bem como o lucro ou prejuízo:

6.3.1 GRUPO FORNARI



	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
Faturamento Líquido	73.257	23.091	34.689	26.867	109.197	157.034
Custos	96.261	42.605	35.487	23.286	30.087	94.276
Outras Despesas/Receitas	-28.506	-22.369	35.512	29.882	-5.532	-9.573
Lucro/Prejuízo	-51.511	-41.883	34.714	33.463	73.578	53.186

A recuperanda registrou no mês de FEVEREIRO/2026 o faturamento líquido de R$ 157 mil, que representa um aumento de 43,81% quando comparado ao período anterior. O montante de R$ 15 mil no mês foi recebido sem documento fiscal no qual foram lançados em outras Receitas.

No mês de FEVEREIRO/2026 o custo dos serviços prestados foi de R$ 94 mil, que representa um aumento de 213,35% quando comparado com o período anterior.

No resultado final, a recuperanda apurou um lucro mensal de R$ 53 mil. Para melhor análise segue Demonstração do Resultado Mensal e Acumulada Anual:

ATIVA
ADMINISTRADORA JUDICIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL

	jan/2026	fev/2026	Δ %
Receita Operacional Bruta			
Venda de Produtos	110.385,80	157.804,80	***42,96***
Receita Operacional Bruta - Total	110.385,80	157.804,80	***42,96***
Deduções			
Impostos sobre Venda	(1.188,54)	(770,75)	***(35,15)***
Receita Operacional Líquida	109.197,26	157.034,05	***43,81***
Custo dos Serviços Prestados	(30.086,74)	(94.275,82)	***213,35***
Lucro Bruto	79.110,52	62.758,23	***(20,67)***
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	(20.990,65)	(19.515,91)	***(7,03)***
Resultado Financeiro	(345,95)	(121,66)	***(64,83)***
Outras despesas/Receitas Operacionais	15.804,20	10.064,88	***(36,32)***
Lucro Operacional	73.578,12	53.185,54	***(27,72)***
Lucro/Prejuízo do Exercício	**73.578,12**	**53.185,54**	***(27,72)***

D E R E X - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

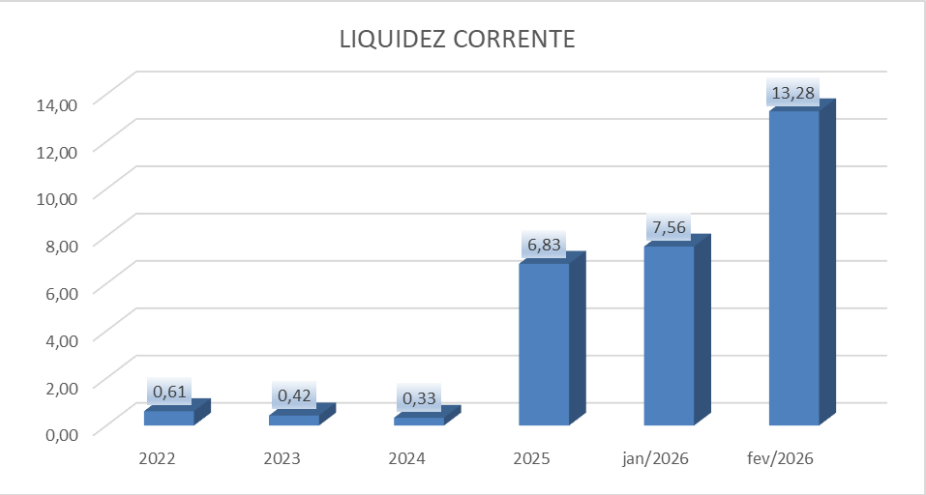
	jan/2026	fev/2026	Δ %
Receita Operacional Bruta			
Venda de Produtos	110.385,80	268.190,60	***142,96***
Receita Operacional Bruta - Total	110.385,80	268.190,60	***142,96***
Deduções			
Impostos sobre Venda	(1.188,54)	(1.959,29)	***64,85***
Receita Operacional Líquida	109.197,26	266.231,31	***143,81***
Custo dos Serviços Prestados	(30.086,74)	(124.362,56)	***313,35***
Lucro Bruto	79.110,52	141.868,75	***79,33***
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	(20.990,65)	(40.506,56)	***92,97***
Resultado Financeiro	(345,95)	(467,61)	***35,17***
Outras despesas/Receitas Operacionais	15.804,20	25.869,08	***63,68***
Lucro Operacional	73.578,12	126.763,66	***72,28***
Lucro/Prejuízo do Exercício	**73.578,12**	**126.763,66**	***72,28***

6.4 INDICADORES FINANCEIROS

Quanto aos indicadores financeiros, de resultado, e operacionais, seguem anexas tabelas com análises detalhadas, de onde podemos destacar os indicares de liquidez que serão abordados na sequência.

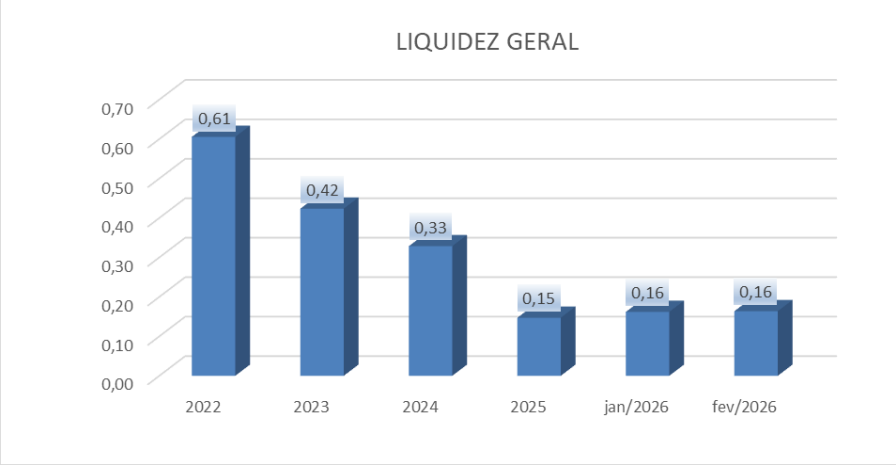
6.4.1 GRUPO FORNARI

Segue gráfico com o índice de Liquidez Corrente, que demonstra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (Ativo Circulante) para fazer frente às dívidas também de curto prazo (Passivo Circulante).



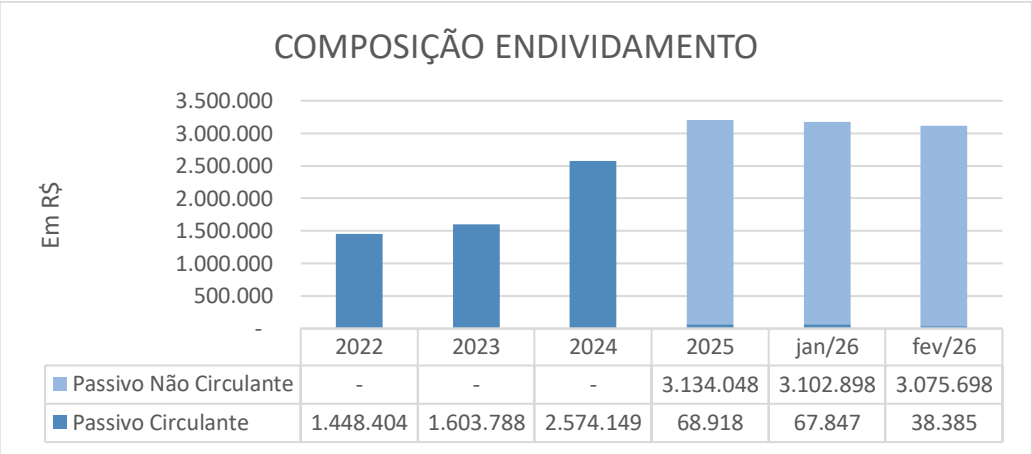
Desde o ano de 2022 a empresa apresenta o Índice de Liquidez Corrente com resultado inferior ao desejado (1). Analisando os períodos atuais, a empresa alcançou o índice superior ao desejado (1), chegando ao índice de 13,28 no mês de FEVEREIRO/2026.

Na sequência da análise, destaca-se o índice de Liquidez Geral, que tem por finalidade demonstrar o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (Ativo Circulante) e de longo prazo (Ativo Não Circulante) para fazer frente às dívidas de curto (Passivo Circulante) e de longo prazo (Passivo Não Circulante). A leitura do índice obtido é no sentido de quanto a empresa possui de obrigações para cada real (R$) de ativos. Segue gráfico demonstrando a evolução desde o ano de 2022:



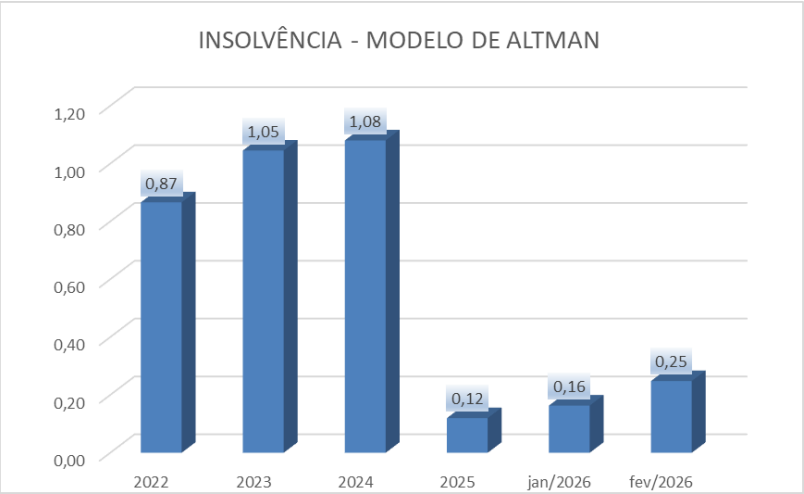
Todos os períodos apresentaram índices expressivos, longe do 1 (ponto de equilíbrio), o que representa falta de capacidade de pagamento das dívidas. Quanto ao mês de FEVEREIRO/2026, apresentou o índice de 0,16, demonstrando problemas com endividamento.

O endividamento da recuperanda pode ser demonstrado resumidamente, conforme gráfico abaixo:



	2022	2023	2024	2025	jan/26	fev/26
Passivo Não Circulante	-	-	-	3.134.048	3.102.898	3.075.698
Passivo Circulante	1.448.404	1.603.788	2.574.149	68.918	67.847	38.385

Além dos indicadores já mencionados, segue a evolução do índice de Insolvência (Modelo de Altman), que tem por finalidade demonstrar o grau de insolvência, que pode ser definido como a incapacidade de pagamento das obrigações, e por consequência evidencia o risco da descontinuidade da entidade.



Neste modelo do Índice de Insolvência, os resultados superiores a 0 representam que a entidade é solvente, ou seja, tem capacidade de pagamentos de suas obrigações. Todos os anos apresentam resultados superiores a 0. Desta forma conclui-se que no momento atual dispõe de capacidade de pagamento das obrigações.

6.5 DÍVIDAS CONCURSAIS E EXTRACONCURSAIS

6.5.1 CREDORES CONCURSAIS

Houve a apresentação da relação de credores da Administradora Judicial, conforme disposto no artigo 7º, §2º da Lei 11.101/05, a qual foi devidamente publicada em 13/03/2025, indicando um passivo sujeito à Recuperação Judicial no montante de R$ 1.224.581,95 (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
Classe II - Garantia Real	862.584,85
Classe III - Quirografários	361.997,10
TOTAL	**1.224.581,95**

6.5.2 CREDORES EXTRACONCURSAIS

Após a verificação administrativa de créditos, a Administração Judicial, concluiu que há outros credores extraconcursais, de onde podemos destacar os credores conforme tabela abaixo:

Descrição	Contrato	Valor (R$)
Banco do Brasil AS	8430879	R$ 228.281,40
Banco Cooperativo SICOOB S.A.	2888078	R$ 80.070,59

Administradora de Consórcios SICREDI LTDA	1187374	R$ 29.842,10
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais – Sicredi Uniestados	C25120509-2 C25120964-0	R$ 1.091.556,46
Banco Cooperativo Sicoob S/A	2443162	R$ 307.676,25
	Total	**R$ 1.737.426,80**

7 PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO CORRENTE

A fim de garantir aos credores, informações atuais sobre a situação econômica da empresa, desempenho e perspectivas futuras, contribuindo para a adequada transparência das informações perante o Juízo e demais interessados, a Administração Judicial pleiteou a apresentação do relatório anexo, contendo as perspectivas das empresas para o exercício corrente (2026).

8 LAUDO DE VISITA TÉCNICA

No intuito de verificar as condições operacionais dos Recuperandos, a Administração Judicial realizou visita técnica *in loco*, no dia 27/03/2026, sendo recebida pelo Recuperando Carlos Eduardo Fornari.

Foi constatada que a propriedade está em estado conservado e com estrutura adequada para a consecução dos negócios, sendo atestada a atividade de produção de feno, milho, criação de suínos e gado de corte.

Com relação a safra, indicaram que já houve a colheita da primeira safra, estando a segunda em desenvolvimento vegetativo.

Anexo, apresenta-se as imagens registradas durante a visita técnica, demonstrando que os Recuperandos estão em plena atividade produtiva.

9 QUESTIONÁRIO

QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
A devedora é:	☐Empresa de Pequeno Porte (EPP); ☐Microempresa (ME) ☐Empresa Média ☐Empresa Grande ☒Grupos de Empresas ☐Empresário Individual
Houve litisconsórcio ativo?	☒Sim, 2 litisconsortes ativos, com Plano de Recuperação Judicial Unitário

	☐Não
Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo?	Tributário: ☒ Sim ☐ Não Demais créditos: ☒Sim ☐Não
Houve realização de constatação prévia?	☒Sim, concluída em 5 dias. ☐Não
O processamento foi deferido?	☒Sim, em 49 dias desde a distribuição da inicial, com emenda a inicial. ☐Não
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a relação de credores elaborado administrador judicial?	91 dias
Qual o tempo decorrido entre a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborado administrador judicial?	78 dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação?	358 dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores?	___ dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano)?	___ dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a convolação em falência?	___ dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores?	___ dias
Qual o tempo decorrido entre a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05?	180 dias
Qual o tempo decorrido entre o tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convolada em falência)?	___ dias
Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58, §1º, da Lei 11.101/05 (*cram down*)?	☐Sim ☐Não
Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial?	☐Sim ☐Não
Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável)?	☐Sim ☒Não
Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05:	☐Sim ☐Não
Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05?	☐Sim ☐Não
Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial?	☐Sim ☐Não
Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial?	☐Sim ☐Não
Indique a razão da convolação da recuperação judicial em falência.	Não se aplica.
Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial?	☒ Sim, fixado em 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor sujeito aos efeitos da recuperação judicial (R$ 1.224.581,95), após interposição do Agravo de Instrumento n. 5034669-77.2025.8.24.0000 pelos Recuperandos. ☐Não

É o relato do necessário.

Blumenau/SC, 1º de abril de 2026.

ATIVA ADMINISTRADORA JUDICIAL
Mara Denise Poffo Wilhelm
Administradora Judicial
OAB/SC 12.790-B